

29 E 30 DE MAIO 2013 | LISBOA

XIII

CONFERÊNCIA



XIII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

LISBOA, 29 E 30 DE MAIO

ATA FINAL

A XIII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP) decorreu na cidade de Lisboa, nos dias 29 e 30 de maio de 2013.

Estiveram presentes o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola, Sr. Dr. Rui Jorge Carneiro Mangureira, a Senhora Secretária-Executiva do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, Sr.^a Dr.^a Márcia Pelegrini, a Embaixadora de Cabo Verde em Portugal em representação do Ministro da Justiça da República de Cabo Verde, Sr.^a Dr.^a Maria Madalena Brito Neves, a Ministra da Justiça da República de Moçambique, Sr.^a Dr.^a Maria Benvinda Delfina Levi, a Ministra da Justiça da República Portuguesa, Sr.^a Dr.^a Paula Teixeira da Cruz, a Ministra da Justiça, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Sr.^a Dr.^a Edite Ramos da Costa Ten Jua e o Ministro da Justiça da República Democrática de Timor Leste, Sr. Professor Doutor Dionísio Babo Soares, que chefiaram as delegações dos respetivos Estados.

Participaram ainda, o Secretário-Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Sr. Embaixador Murade Murargy, a Secretária-Geral da Rede de

[Handwritten signatures and initials in the top right corner]

[Handwritten signatures and initials in the bottom right corner]

Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa, Sr.^a Dr.^a Margarida Veloso e a representante do Secretário-Geral da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, Sr.^a Professora Doutora Marta Pertegás, que fizeram importantes comunicações à Conferência

A sessão solene de abertura foi presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, Sr. Dr. Pedro Passos Coelho que, no seu discurso saudou vivamente a decisão de eleger “*A Proteção Internacional das Crianças no Espaço da CPLP*” como tema central desta XIII Conferência, por se tratar de um tema atual, que corresponde a uma das principais preocupações coletivas do nosso tempo e sobre o qual urge sedimentar uma concertação constante em sede de boas práticas e de assistência mútua, tanto na vertente civil como penal, tanto em sede de prevenção como no acompanhamento dos casos com que infelizmente ainda nos confrontamos.

A sessão de trabalhos iniciou-se sob a égide da Presidência de Moçambique, com a apresentação, pelo Secretário-Geral, do relatório de atividades 2010/2013, que incluiu prestação de contas e realçou questões relacionadas com o orçamento, o pagamento de quotas, a movimentação da conta criada pela Conferência, a reformulação e consolidação dos instrumentos jurídicos disciplinadores da Conferência, o alinhamento da Conferência com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os processos de vinculação internacional às 3 Convenções feitas no âmbito da Conferência e os problemas relativos à Rede Lusófona.

Após apreciação, o relatório de atividades 2010/2013 foi aprovado, por unanimidade, por parte dos Senhores Ministros da Justiça, não tendo sido acolhida a proposta de supressão do cargo de segundo Secretário-Geral Adjunto.



Em seguida, realizou-se o ato de passagem da Presidência da Conferência de Moçambique para Portugal. Intervieram a Senhora Ministra da Justiça de Moçambique, na qualidade de Presidente em exercício e a Senhora Ministra da Justiça de Portugal, na qualidade de nova Presidente. No entanto, com a concordância de todas as delegações, a sessão prosseguiu num formato de Presidência partilhada entre Moçambique e Portugal, atendendo ao facto de estarem em discussão as duas Declarações objeto de trabalho durante a Presidência moçambicana

A Presidente submeteu à apreciação dos Senhores Ministros a agenda da XIII Conferência, a qual foi aprovada, por unanimidade, após permuta do ponto «Resultados das Comissões de Trabalho criadas na XII Conferência, realizada em Maputo» pelo ponto «Integração da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa».

Após apresentação do tema pela Presidente, usaram da palavra os relatores das duas Comissões de Trabalho criadas no âmbito da Conferência de Maputo, os quais apresentaram o resultado do trabalho desenvolvido, submetendo à apreciação dos Senhores Ministros da Justiça uma proposta de “*Declaração sobre Medidas Comuns de Prevenção e de Combate ao Tráfico de Seres Humanos e respetivo Plano de Ação*” e uma “*Proposta de Declaração sobre Medidas Comuns de Prevenção e de Combate à Corrupção de Agentes Públicos nas Transações Comerciais Internacionais e respetivo Plano de Ação*”.

Os Senhores Ministros da Justiça congratularam-se pelo trabalho desenvolvido e reiteraram a importância que atribuem a estas questões e aprovaram, por unanimidade, ambas as Declarações de Lisboa e os respetivos Planos de Ação.

Seguiu-se o debate e análise sobre a questão da integração da CMJPLOP com a CPLP, tendo por base um documento preparado pelo Secretariado Permanente da Conferência. A Presidente procedeu a uma apresentação do tema, tendo, posteriormente, passando a palavra ao Senhor Secretário-Executivo da CPLP que considerou que a Justiça é essencial para a prossecução dos objetivos da CPLP, reconheceu o mérito e os esforços da CMJPLOP e destacou alguns projetos em que a junção de esforços se tem demonstrado ou pode demonstrar muito positiva. Por fim, manifestou o desejo da CPLP no alinhamento da Conferência com a sua Organização Internacional, a tempo da Presidência timorense.

Depois de todas as delegações terem intervindo, foi deliberado mandar a Presidência para iniciar um processo de consultas, com vista a concluir, até 2014, o alinhamento da Conferência com a CPLP, garantindo as especificidades da Conferência, nomeadamente a existência de fundos próprios, resultantes das quotizações, uma conta específica, a afetação das verbas próprias a ações de justiça e mantendo a designação de Conferência.

Passou-se ao painel subsequente, tendo, usado da palavra a representante da Procuradoria-Geral da República (PGR) da República Portuguesa que efetuou uma exposição do projeto de *“Manual sobre Transferência de Pessoas Condenadas”*.

Finda a apresentação e as intervenções de todas as delegações, foi deliberado criar uma Comissão de Trabalho com o propósito de elaborar um projeto de manual prático integrado referente à Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, estabelecendo-se como limite para a sua conclusão um mês antes da passagem da Presidência da República Portuguesa para a República de Timor-Leste. A mesma Comissão de Trabalho deverá apresentar uma calendarização para a conclusão de dois projetos de

XIII

CONFERÊNCIA



manual, elaborando-os com referência às duas outras Convenções concluídas no âmbito da Conferência.

Havendo ainda tempo, a Presidente comunicou ter designado como novo Secretário-Geral da Conferência, o Sr. Dr. António Costa Moura, tendo feito uma breve súpula do seu percurso profissional.

Finda a apreciação, deu-se por encerrada a sessão do primeiro dia de trabalhos, a qual foi retomada no dia seguinte, com o debate do tema principal da XIII Conferência, a saber, *“A Proteção Internacional das Crianças no Espaço da CPLP (nas suas vertentes Penal e Civil)”*.

A Presidente apresentou o tema, justificando a razão da sua escolha, apresentando os principais instrumentos jurídicos internacionais dedicados a este tema e a situação legal existente em Portugal. Por fim, propôs a constituição de uma Comissão de Trabalho incumbida de proceder ao levantamento da situação atual das proteção internacional das crianças no espaço da CPLP, com vista à elaboração de um plano de ação.

De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra à representante do Senhor Secretário-Geral da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, que relatou sucintamente o que é a Conferência da Haia e apontou a forma como as Convenções da Haia podem auxiliar a Conferência e os seus Estados a alcançar, num quadro multilateral, os objetivos inerentes à proteção internacional das crianças na área civil.

Intervieram, depois, os Senhores Ministros da Justiça, explanando o enquadramento que existe, neste domínio, em cada um dos seus países, as iniciativas tomadas e a tomar, em prol das crianças, alguns dos problemas que afetam os seus ordenamentos jurídicos e os

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signature at the bottom right]



modos como pode a Conferência constituir-se numa mais-valia adicional ao trabalho que, neste âmbito, vem sendo prosseguido em cada um dos Países da Conferência.

Todas as intervenções salientaram a atualidade e a pertinência do tema escolhido por Portugal para a XIII Conferência, a sua importância e o impacto na vida dos seus nacionais, em particular das crianças.

A Conferência deliberou criar uma Comissão de Trabalho incumbida de proceder ao levantamento da situação atual das proteção internacional das crianças no espaço da CPLP e propor um Plano de Ação à próxima Conferência.

Findo o debate do tema central, a Presidente fez a apresentação do ponto da agenda referente à Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa (Rede Lusófona), explicando a posição de Portugal perante a Rede e os problemas que hoje enfrenta.

A Presidente deu o uso da palavra à Senhora Secretária-Geral da Rede, que apresentou o relatório do seu trabalho, tendo aproveitado o ensejo para efetuar um historial da Rede, descrever a sua missão, expor projetos futuros e destacar os problemas e constrangimentos que afetam a Rede. Seguidamente, efetuou um balanço do trabalho realizado.

Os Senhores Ministros saudaram a Senhora Secretária-Geral pelo relatório apresentado e lamentaram a falta de avanços mais significativos. O Senhor Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos de Angola anunciou a realização de um «workshop» subordinado à Rede, no final do mês de outubro de 2013, em Angola. Mostrou preocupação com a criação de Rede com idênticas funções pelas Procuradorias-Gerais da CPLP, o que



poderá resultar numa sobreposição de funções, no que foi secundado por outras delegações. Propôs que a Conferência se pronunciasse sobre este assunto.

A Presidente conclui ter a Conferência deliberado atribuir à Rede o necessário respaldo político e financeiro e manditou a Presidência para iniciar um processo de consultas com vista ao apuramento das condições para que se eliminem duplicações com a Rede planeada pelas Procuradorias-Gerais da CPLP. A Presidente sugeriu que durante o «workshop» a realizar em Angola se proceda a um levantamento de todos os problemas que se colocam, de forma a potenciar a Rede Lusófona.

Usou seguidamente da palavra a Senhora Ministra da Justiça de Portugal, na qualidade de Presidente da Conferência, tendo apresentado aos demais Senhores Ministros as principais linhas de atuação que Portugal se propõe desenvolver no decurso da sua Presidência.

Os Senhores Ministros felicitaram a Presidência Portuguesa pelo seu Plano de Trabalho, indicando que algumas das reformas em curso noutros Países podem servir como plataforma de convergência no contexto da Conferência.

Os Senhores Ministros da Justiça agradeceram à Presidência as condições postas à disposição dos participantes, bem como o fraterno acolhimento com que Portugal os recebeu.

Os trabalhos da XIII Conferência foram encerrados pela Presidência após a aprovação e assinatura dos documentos desta emanados, tendo a Conferência deliberado:

- 1) Desenvolver esforços no sentido de dotar a Conferência dos meios necessários à prossecução das atividades aprovadas;



- 2) Autorizar a movimentação da conta bancária do Secretariado Permanente, através da assinatura conjunta do Secretário-Geral e do Secretário-Geral adjunto, quer através de cheque, quer através do recurso ao *e-banking*;
- 3) Mandatar a Presidência para iniciar um processo de consultas, com vista a concluir, até 2014, o alinhamento da Conferência com a CPLP, garantindo as especificidades da Conferência, nomeadamente a existência de fundos próprios, resultantes das quotizações, uma conta específica, a afetação das verbas próprias a ações deliberadas pelos Senhores Ministros da Justiça e a manutenção da designação de Conferência;
- 4) Aprovar a “*Declaração de Lisboa sobre Medidas Comuns de Prevenção e de Combate ao Tráfico de Seres Humanos*” e respetivo Plano de Ação;
- 5) Aprovar a “*Declaração de Lisboa sobre Medidas Comuns de Prevenção e Combate à Corrupção de Agentes Públicos nas Transações Comerciais Internacionais*” e respetivo Plano de Ação;
- 6) Criar uma Comissão de Trabalho com o propósito de elaborar um projeto de manual prático integrado referente à Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, estabelecendo-se como limite para a sua conclusão um mês antes da passagem da Presidência da República Portuguesa para a República de Timor-Leste;
- 7) Instruir a mesma Comissão de Trabalho a apresentar uma calendarização para início dos trabalhos tendentes à elaboração de dois projetos de manual, com referência às duas outras Convenções concluídas no âmbito da Conferência;
- 8) Apoiar a Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Oficial Portuguesa, dando-lhe o necessário respaldo político e financeiro, mandar a Presidência a iniciar um processo de consultas com vista ao apuramento das condições para que se eliminem duplicações com a Rede projetada pelas Procuradorias-Gerais da CPLP;

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signatures and initials]

29 E 30 DE MAIO 2013 | LISBOA

XIII

CONFERENCIA



6
Dada

9) Apelar aos Estados que ainda não concluíram o processo de vinculação às três Convenções feitas no seio da Conferência a que o façam.

Lisboa, aos 30 de maio de 2013, feito em sete originais, em língua portuguesa e todos fazendo igualmente fé.

O Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola

(Rui Jorge Carneiro Mangureira)

A Secretária-Executiva do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil

(Márcia Pelegrini)

Em representação do Ministro da Justiça da República de Cabo Verde

(Maria Madalena Brito Neves)



A Ministra da Justiça da República de Moçambique

(Maria Benvinda Delfina Levi)

A Ministra da Justiça da República Portuguesa

(Paula Teixeira da Cruz)

**A Ministra da Justiça, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares da
República Democrática de São Tomé e Príncipe**

(Edite Ramos da Costa Ten Jua)

O Ministro da Justiça da República Democrática Timor Leste

(Dionísio Babo Soares)